

NOME:

NÚMERO INSCRIÇÃO:

CARGO/VAGA:

QUESTOES

1 - Um dos fundamentos da Lei nº 9.433/97 é o fato de a água ser um bem de domínio público. A definição desta dominialidade entre as várias esferas de poder está definida na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 20 e 26. A Constituição define que os(as):

- a) Lagos e os rios que banham mais de um município são de domínio conjunto dos municípios.
- b) Lagos e os rios que banham mais de um estado são de domínio conjunto dos estados.
- c) Lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos da União ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de limites com outros países, ou que estendem a território estrangeiro ou dele provenham são de domínio da União.
- d) Águas subterrâneas são de domínio dos municípios onde os poços são perfurados.
- e) Águas correntes que estão na fronteira entre um estado e outro país são de domínio conjunto dos estados e da União

2 - São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, conforme definido no art. 2º da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997:

- a) Gerir as águas de acordo com a unidade territorial definida pela bacia hidrográfica.
- b) Gerir as águas de forma descentralizada e participativa.
- c) Assegurar às as gerações atuais e futuras a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.
- d) Cobrar pela utilização dos recursos hídricos, para garantir o uso racional da água.
- e) Articular a gestão de recursos hídricos com a do uso do solo.

3 - Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase abaixo, respectivamente:

_____ tem competência _____ de legislar sobre dos recursos hídricos, energia, jazidas, minas e outros recursos minerais. Esta competência _____ em exclusividade

- a) O Município; concorrente; não resulta
- b) A União; privativa; não resulta
- c) O Município; privativa; resulta
- d) A União; concorrente; resulta
- e) A União; concorrente; não resulta

4 - Os Planos de Recursos Hídricos, segundo estabelecido na Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997:

- a) Dão soluções para os conflitos de uso da água.
- b) São planos de curto prazo de forma a atender as necessidades mais prementes.
- c) São elaborados por bacia hidrográfica.
- d) Definem o preço pelo uso da água a ser cobrado na bacia hidrográfica.
- e) Orientam a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos.

5 - Os Planos de Recursos Hídricos deverão conter:

- a) Comissão que fiscalizará o uso dos recursos da cobrança.
- b) Multas para os usuários que não pagarem pelo uso dos recursos hídricos.
- c) Montante a ser arrecadado com a cobrança.
- d) Diretrizes e critérios para cobrança pelo uso dos recursos hídricos.
- e) Nenhuma das alternativas acima

6 - Em relação aos usos da água, é correto afirmar:

- a) O consumo de água tende a diminuir com o aumento da população.
- b) Para cada uso da água não há necessidade de se verificar a qualidade hídrica.
- c) Alguns dos principais fatores capazes de prejudicar a qualidade das águas: erosão e assoreamento, efluentes domésticos, resíduos sólidos, resíduos agrícolas.
- d) A recreação geralmente melhora a qualidade das águas, promovendo assim melhorias nos mananciais utilizados para abastecimento humano.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

7 - Aos comitês de bacia hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, competem:

- a) Realizar as despesas com os recursos da cobrança
- b) Executar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação
- c) Acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação
- d) Estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança de seu uso
- e) Estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir valores a serem cobrados

8 - Sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica, assinale a alternativa correta:

- a) As competências, a composição, a abrangência geográfica dos Comitês de Bacia e a autoridade que as institui, no nível da União, se encontram disciplinados nos artigos 37 a 40 da Lei das Diretrizes e Bases.
- b) A abrangência geográfica dos Comitês de Bacia Hidrográfica se restringe às bacias estaduais.
- c) Entre as competências dos Comitês de Bacia Hidrográfica está a de arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos.
- d) Os Comitês de Bacia Hidrográfica são constituídos apenas por representantes de entidades civis.
- e) Nenhuma das alternativas acima

9 - Sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos, pode-se afirmar que:

- a) A Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH tem como fundamento que a água é um bem público e um recurso natural limitado.
- b) Para sua implementação a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH elegeu como integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento apenas os Comitês de Bacias.
- c) Entre as descentralizações das decisões, a Lei n.º 9.433/97 elege o Município como unidade administrativa de planejamento e gestão.
- d) A Agência Nacional de Águas (ANA) não faz parte do Sistema Nacional de Gerenciamento.
- e) Nenhuma das alternativas acima

10 - Assinale a opção correta com referência ao ordenamento jurídico brasileiro sobre a proteção dos recursos hídricos:

- a) A União deve articular-se com os Estados visando o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum
- b) Quando se tratar de bacia hidrográfica situada em terras indígenas, a comunidade indígena deverá ser representada por membros de entidades ambientais federais.
- c) A Constituição Federal divide o domínio das águas entre a União e os municípios conforme a localização dos corpos de água.
- d) As associações intermunicipais de bacias hidrográficas integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos como órgão colegiado.
- e) A atual legislação de gestão de recursos hídricos autoriza aos estados, de forma unilateral, organizar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

11 - No que diz respeito à Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433, de 08 de janeiro de 1997), assinale a opção correta:

- a) Os planos de recursos hídricos são planos de curto prazo.
- b) Depende de outorga do poder público o uso de recursos hídricos para a satisfação de necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural.
- c) A competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União é do Poder Executivo federal, não podendo ser delegada.
- d) A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se, entre outros fundamentos, no de que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação dessa política e para atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- e) A centralização da obtenção e produção de dados e informações é um dos princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

12 - No que tange aos recursos hídricos, é possível afirmar que:

- a) A água é um recurso natural ilimitado, dotado de valor econômico.
- b) Em situações de escassez, o uso prioritário da água deve ser o consumo humano e a dessedentação de animais.
- c) A extração da água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo independe de outorga pelo Poder Público.
- d) Não será cobrado o seu uso sujeito à outorga.
- e) A outorga do direito ao seu uso implica sua alienação parcial.

13 - Sobre a Lei nº 9433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, qual a alternativa FALSA?

- a) Uma das diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos é a gestão sistemática sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade.
- b) Os planos de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos de água e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos são alguns instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- c) Para a Política Nacional de Recursos Hídricos a água é um bem de domínio público, é um recurso natural ilimitado e de valor econômico.
- d) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos.
- e) Cada estado deverá ter a sua política de recursos hídricos para descentralizar as tomadas de decisões, fortalecer e gerenciar os comitês de bacias hidrográficas, definir a outorga das águas, seus usos e classificação da água.

14 - A Lei nº 9.433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Assinale a alternativa que apresenta os principais dispositivos dessa política:

- a) Fundamentos, objetivos e modelos de gestão.
- b) Modelos de gestão e instrumentos.
- c) Fundamentos, objetivos, diretrizes gerais de ação e instrumentos.
- d) Objetivos e instrumentos.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

15 - É princípio básico para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos:

- a) O fornecimento de subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.
- b) A centralização da obtenção e produção de dados e informações.
- c) A reunião de informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil.
- d) A atualização permanente das informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional.
- e) A coordenação unificada do Sistema.

16 - Analise as afirmações abaixo:

I- Os Planos de Recursos Hídricos são elaborados com o objetivo de apresentarem diretrizes para as ações, programas e políticas públicas dos Estados no campo dos recursos hídricos.

II- O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, visa assegurar, às águas, qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes.

III- Dentre os instrumentos da política das águas, considera-se a elaboração dos Planos e o enquadramento dos cursos d'água como sendo básicos para se iniciar uma gestão hídrica adequada, tendo em vista que são dois instrumentos de planejamento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I é correta
- b) Apenas I e III são corretas
- c) Apenas II e III são corretas
- d) Todas as afirmações são corretas
- e) Nenhuma das afirmações acima

17 - A integração da política hídrica com as demais políticas torna-se fundamental para que não haja desperdícios de recursos naturais, financeiros e, até mesmo, de riscos para a saúde pública.

Assinale a alternativa que contempla um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos e um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente:

- a) Planos de Recursos Hídricos; cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- b) Planos de Recursos Hídricos; zoneamento ambiental.
- c) Zoneamento ambiental; avaliação de impactos ambientais.
- d) Planos de Recursos Hídricos; outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

18 - Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase abaixo, respectivamente:

As águas se constituem em _____ que podem ser utilizadas de acordo com o interesse da _____, sendo, o seu uso, _____ ou oneroso, porém, mesmo nos casos onerosos, não se constitui em privatização do bem, mas apenas autoriza o seu uso por períodos preestabelecidos.

- a) Bens dominicais; Administração Pública; pago
- b) Bens de uso comum; Pessoa Jurídica; pago
- c) Bens de uso comum; Administração Pública; gratuito
- d) Bens de uso especial; Pessoa Jurídica; pago
- e) Nenhuma das alternativas acima

19 - Sobre a Agência Nacional de Águas – ANA, é CORRETO afirmar que:

- a) A ANA está vinculada ao Ministério da Energia e Ministério do Meio Ambiente.
- b) À ANA cabe a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- c) A ANA tem como atribuição fiscalizar as usinas hidroelétricas.
- d) A ANA tem como atribuição fiscalizar os recursos hídricos nos corpos de água estadual.
- e) A ANA tem como atribuição arrecadar, distribuir e aplicar receitas auferidas por intermédio da cobrança, sobre 10% da receita, pelo uso de recursos hídricos.

20 - Sobre a estrutura da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB PEIXE VIVO indique a opção CORRETA:

- a) Compõem a estrutura da AGB PEIXE VIVO a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva
- b) Compõem a estrutura da AGB PEIXE VIVO a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho de Compras e a Diretoria Executiva
- c) Compõem a estrutura da AGB PEIXE VIVO a Assembleia Geral, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva
- d) Compõem a estrutura da AGB PEIXE VIVO a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e os Comitês de Bacias Hidrográficas
- e) Compõem a estrutura da AGB PEIXE VIVO o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e a Diretoria Superior

21 - Acerca da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB PEIXE VIVO, indique a opção CORRETA:

- a) A AGB PEIXE VIVO é uma agência estatal, conforme determina a Lei nº 9.433/1997 e a Lei Estadual nº 13.199/99
- b) A AGB PEIXE VIVO é uma associação pública sem fins econômicos, conforme determina o seu Estatuto Social
- c) A AGB PEIXE VIVO é uma associação civil sem fins econômicos, conforme determina o seu Estatuto Social
- d) A AGB PEIXE VIVO é uma empresa pública com fins econômicos, conforme determina Lei nº 9.433/1997 e a Lei Estadual nº 13.199/99
- e) A AGB PEIXE VIVO é um consórcio intermunicipal, conforme determina a Lei nº 9.433/1997

22 - Sobre os recursos hídricos:

- a) São bens de domínio público exploráveis em regime de monopólio, objeto de concessão a empresas públicas de saneamento.
- b) São bens de uso comum do povo e, como tal, de livre apropriação e utilização por qualquer cidadão.

- c) São bens de uso comum do povo e, embora não possam ser objeto de propriedade privada, compete ao Poder Público disciplinar a sua utilização gratuita por qualquer cidadão.
- d) Constituem bens dominiais da União, que como tal poderá instituir taxas para sua utilização pelos particulares.
- e) São bens de domínio público cuja utilização está sujeita a regime de outorga, bem como à cobrança pelo seu uso.

23 - A cobrança do uso de recursos hídricos, segundo a Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997:

- a) Visa garantir o retorno econômico dos projetos financiados com recursos públicos.
- b) Visa reconhecer a importância dos usuários que utilizam o recurso hídrico para bens de alto valor agregado.
- c) Visa sustentar as comunidades ribeirinhas.
- d) Tem por objetivo reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor.
- e) Somente pode ser aplicada a usuários que já tiveram sua outorga renovada.

24 - A instituição dos valores para cobrança dos recursos hídricos de domínio da União precisa ser aprovada pelo:

- a) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Comitê da bacia hidrográfica em análise.
- b) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Congresso Nacional.
- c) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Agência Nacional de Águas.
- d) Secretaria de Recursos Hídricos do MMA e Agência Nacional de Águas.
- e) Nenhuma das alternativas acima

25 - Conforme a Resolução nº 49/2005 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os recursos advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos deverão ser aplicados na bacia hidrográfica em que foram arrecadados de forma:

- a) Exclusiva
- b) Prioritária, de acordo com as definições do respectivo comitê de bacia hidrográfica
- c) No valor máximo de 90% (noventa por cento).
- d) Conforme definir o Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- e) Nenhuma das alternativas acima

26 - São exemplos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos preconizados na Lei nº 9.433/1997:

- a) Tarifa de água paga às companhias de saneamento
- b) Tarifa de esgoto paga às companhias de saneamento
- c) Valores estabelecidos pelo Comitê e aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- d) Pagamento de taxas e emolumentos para pedido de licenciamento ambiental
- e) Nenhuma das alternativas acima

27 - A cobrança pelo uso de recursos hídricos será efetuada por:

- a) Entidade ou órgão gestor de recursos hídricos ou, por delegação destes, pela Agência de Bacia Hidrográfica ou entidade delegatária
- b) Comitê de bacia hidrográfica
- c) Agência Nacional de Águas, em rios de domínio da União
- d) Secretaria de Recursos Hídricos Estaduais para rios de domínio Estadual
- e) Nenhuma das alternativas acima

28 - A instituição dos valores para cobrança dos recursos hídricos de domínio da União precisam ser aprovados pelo:

- a) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Comitê da bacia hidrográfica em análise
- b) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Congresso Nacional
- c) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Agência Nacional de Águas
- d) Secretaria de Recursos Hídricos do MMA e Agência Nacional de Águas
- e) Nenhuma das alternativas acima

29 - Em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos, é correto afirmar que independe de outorga do Poder Público, conforme definido em regulamento:

- a) A extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo
- b) A derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
- c) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- d) O lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- e) O aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

30 - É objetivo do regime de outorga de direito de uso de recursos:

- a) Conceder direitos alternativos ao uso, ao consumo e à captação das águas servidas.
- b) Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício do direito de acesso a ela.
- c) Autorizar a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou como insumo de processo produtivo.
- d) Aperfeiçoar o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- e) Regular os usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.